

O G-20 e o debate sobre a ordem mundial

Desde 2008, o G20 tem funcionado como uma cúpula de presidentes para considerar a crise global do capitalismo e suas formas de solução. Pouco saiu desses conclaves, apesar de já serem uma rotina do sistema mundial. Agora a Alemanha está coordenando as reuniões e em 2018 a Argentina o fará, presidida pelo governo de Mauricio Macri, o que gera expectativas entre as classes dirigentes do mundo sobre o futuro e as perspectivas da região da América Latina e do Caribe.

Desde o início do século XXI, Nossa América ocupou o lugar da mudança política em relação à hegemonia neoliberal construída a partir da saída para a crise do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. O que começou como terrorismo de estado no cone sul da América é agora generalizado como militarização do sistema mundial. As experiências vividas desde o Caracazo, mesmo com nuances, geraram esperanças e expectativas em nível global, incentivando novos processos de transformação social para além da região.

A resposta à ameaça da nossa região ao poder mundial foi antidemocrática, com “golpes parlamentares” em Honduras, Paraguai ou Brasil. A legitimidade da disputa por um retorno à agenda de liberalização foi concedida pelo triunfo eleitoral de Macri na Argentina em 2015. Esta legalidade de origem tenta ser legitimada com sinais políticos e ideológicos vindos do poder mundial, desde a visita de Obama ou Merkel à Argentina, a amizade de Trump com o Chefe de Governo na Argentina, as visitas de organizações internacionais e o desembarque da OMC em dezembro próximo. O morango é a presidência do G20 para o próximo ano de 2018.

O G20 e a disputa hegemônica

O G20 lida com a crise mundial e gera uma agenda para retomar o curso da liberalização (abertura econômica) afetada pelos múltiplos eventos que explodiram em 2008 com forte impacto sobre o grande banco de investimentos norte-americano (Lehman Brothers entre outros) e que se estendeu a toda a ordem mundial em assuntos econômicos, financeiros, alimentares, energéticos, ambientais, colocando em discussão a ordem civilizatória contemporânea.

As reuniões como tais pouco resolvem em termos econômicos e sociais, mas servem para atualizar as correlações de força sobre a ordem mundial.

Os EUA foram os mentores do grupo, convocado por George Bush no final de seu mandato, expandindo o G7 (EUA, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Japão e Canadá) para países emergentes como China e Rússia; México e Brasil; África do Sul, o escopo do consenso para orientações políticas globais. A Argentina fez parte do G20 “técnico” que surgiu em 1999 e se tornou membro fundador junto com outros convidados que não faziam parte do núcleo original, como a União Europeia ou a Espanha. Eles exigiram fazer parte do seleto grupo autodesignado acima da ONU para discutir as vicissitudes da crítica emergente em relação a 2008.

A recente reunião em Hamburgo encontrou Trump sozinho, que não validou o consenso sobre o acordo de Paris como o espaço para lidar com o aquecimento global. É fraqueza ou força dos EUA? O que se disputa é a hegemonia do sistema capitalista nas condições de fraco crescimento que replicam ano após ano as estatísticas e previsões de organismos internacionais como o FMI ou o Banco Mundial.

Os Estados Unidos são os únicos que impõem condições globais a partir de seu poder econômico, especialmente sua moeda (apesar das fraquezas do dólar), seu desdobramento militar e sua simbólica influência ideológico-cultural. A soberania monetária permite ao governo de Washington sustentar o déficit

fiscal e comercial que quer (relativamente dito) junto com o maior endividamento em termos absolutos na própria moeda. Embora sejam um grupo de Estados federados, sua lógica histórica integrada lhes permite compensar com a política fiscal as limitações dos Estados subnacionais com dificuldades.

Não é esse o caso da Europa, onde a hegemonia alemã não favorece o apoio dos Estados-nação numa situação crítica, claramente demonstrada na Grécia, mas também expressa com Espanha, Itália, Portugal ou outros parceiros mais pequenos das forças armadas europeias. A Europa está longe de ser a Federação que é os EUA, apesar de a sua estratégia de integração pressupô-la.

O Japão vem arrastando sua situação crítica de fraco crescimento desde os anos 90 do século passado e vê suas possibilidades limitadas na disputa hegemônica, especialmente com a emergência da China como ator econômico e político mundial nas últimas décadas. A China reforçou a sua parceria com a Rússia e a sua projeção desde 2013, quando suspendeu a iniciativa militar dos EUA contra a Síria. O Canadá só atua como um parceiro menor nas decisões dos EUA.

Insistamos que os Estados Unidos são o único país em posição de funcionar com relativa autonomia em relação ao sistema mundial. Esta baseia-se na soberania monetária implantada desde 1971 com a inconvertibilidade do dólar. Nem as participações chinesas de bilhões de dólares investidos em Títulos do Tesouro são um problema, já que se necessário são canceladas com emissão, assim como os déficits gêmeos (fiscal ou comercial), tudo o que sustenta a poupança privada e o investimento do capitalismo americano.

Ninguém no mundo tem essa qualidade, além de qualquer tentativa de política econômica de austeridade ou na contrapartida da expansão monetária. A China é talvez a única que avança no sentido de alcançar uma monarquia nacional com

aceitação global, o esforço dos últimos anos desde sua predominância na produção de materiais e inovação tecnológica baseada em robôs, nanotecnologia e inteligência artificial, promovido na ampliação das relações comerciais e econômicas com todos os países do mundo.

No G20, estas tensões são expressas e, enquanto os EUA discutem a reorganização em seu favor das relações globais e da liberalização, a China organiza as suas relações sustentando as aspirações tradicionais de livre comércio daqueles que disputam um lugar na hegemonia do capitalismo. O curso do mundo é discutido e os EUA continuam a manter o controle e poder global do dólar, sua capacidade de guerra e influência cultural. Não é uma questão de Ocidente contra Oriente, mas de hegemonia na orientação da ordem capitalista.

A Argentina e seu papel no mundo

É aí que a Argentina se move, reconhecida pelo poder mundial por seu potencial para modificar o rumo estratégico de Nossa América, da mudança política destes primeiros anos do século XXI para a reinserção subordinada na lógica liberalizadora imposta pelas grandes capitais transnacionais que organizam o modelo produtivo e o desenvolvimento contemporâneo.

Macri tinha imaginado isso com a liderança democrata de Hillary Clinton, mas sem problemas em se encaixar com Donald Trump, mesmo quando só aparecem negócios e investimentos da China.

Insistamos, nem ocidente nem oriente, apenas no capitalismo de época, transnacionalizado e liberalizante, às custas do meio ambiente e da qualidade de vida da força de trabalho e dos povos.

A Argentina se prepara para cumprir seu papel na lógica de sustentar a ordem capitalista. Não tem soberania monetária nem define a orientação da produção para atender às necessidades de sua população. Depende da renda da moeda estrangeira:

dólares, euros, ienes ou yuan, pesos brasileiros ou chilenos, em sentido estrito, de quem estiver disposto a transformar dinheiro em capital para uma lógica de produção e reprodução de uma vida cotidiana inserida de forma subordinada no mundo. Para já, apenas obtém fundos para a especulação financeira que são pagos com o produto do trabalho social no país, canalizado através do orçamento.

O governo Macri sustenta um discurso que é funcional às exigências do poder global e que procura ser assumido como a única coisa possível. É uma história massivamente acompanhada pela imprensa e pelo clima de “senso comum” que não imagina pensar além do capitalismo. As oposições têm dificuldade em se afastar do núcleo duro do diagnóstico e da proposta macrorista, já que a Argentina não se afastou do modelo produtivo e do desenvolvimento organizado da ditadura genocida.

A inserção subordinada à transnacionalização não nasce em 2015 e a classe dominante povoada por credores externos, transnacionais de alimentos e biotecnologia; as montadoras e as petroleiras; junto com os serviços bancários e as grandes cadeias comerciais entre outros, fazem parte de uma estratégia associada à liberalização mundial que emana da imaginação e iniciativa do Plano Martínez de Hoz a partir de agora. É verdade que no meio nem tudo é igual e há momentos na história recente que tentam mitigar esses efeitos reacionários, mas sem afetar o núcleo estrutural de redefinição das relações sociais de produção hegemônica no país.

O governo Macri está tentando “normalizar” a situação na Argentina, que é difícil devido à tradição de luta de seus trabalhadores, com uma longa história de enfrentamento na disputa por direitos sociais. O país é o trampolim que as classes dominantes do mundo estão procurando para recuperar nossa região para a “normalidade” capitalista do livre comércio e da liberalização.

Não é uma tarefa simples ou fácil, não só pelas lutas locais estendidas na Argentina, mas também pela persistência e consolidação da proposta boliviana do processo de mudança e defesa do processo bolivariano venezuelano com seu constituinte e a intenção de tornar visível sua experiência de poder comunal pouco conhecida; mas também com a teimosia cubana de sustentar um projeto socialista em tempos de transição governamental do lixo histórico da revolução para as novas gerações.

Antiimperialismo em nosso território

A intencionalidade do poder mundial baseia-se na possibilidade de tornar visível a realidade política local com o conclave ministerial da OMC na Argentina em dezembro e o G20 em julho de 2018. Ambas as reuniões tratam da agenda da transnacionalização, do incentivo ao jogo livre (mentiroso) do mercado, como uma expectativa do imperialismo.

Se esta agenda avança, seja em termos de comércio eletrônico, liberalização da pesca ou mudança educativa (reacionária e privatizadora) causará efeitos regressivos significativos em termos de desemprego e superexploração, não só no país, mas em todo o mundo, então é necessário continuar o exemplo do protesto generalizado nas ruas alemãs pelos movimentos sociais e políticos críticos do programa de máxima dominação e anti-imperialismo.

A gigantesca operação de segurança não impediu a visibilidade adquirida pelo protesto, mostrando que não há apenas a política e a ideologia do poder, mas também a iniciativa do contrapoder e a busca pela construção de alternativas civilizatórias, como uma velha busca emancipatória dos povos.

Por isso há o desafio de construir uma grande resposta contra as cúpulas da OMC e do G20 na Argentina, algo que está em processo, simultâneo à repressão planejada, para tentar proteger os visitantes do poder mundial que vão negociar a

liberalização no território de Buenos Aires em nome da OMC ou do G20.

O G20 celebrará uma década em 2018 a partir de seu novo papel assumido em 2008 e seus resultados são escassos para o próprio poder mundial. Já para não falar dos desempregados e empobrecidos do mundo. A crescente desigualdade é a realidade dos esforços para normalizar o “mercado livre”. O mesmo se aplica às negociações da OMC, que se dividem entre as capitais hegemônicas e os seus países de origem por liderarem a situação mundial contemporânea.

A voz dos povos é a outra face, além da liberalização e da busca de outra ordem, mais baseada na produção de valores de uso do que na troca de bens, na desmarcação e expansão dos direitos, na alimentação, na energia e nas soberanias populares; na emancipação social.

Além do debate sobre as opções neoliberais ou neodesenvolvimentistas para sustentar a ordem do capital, há a possibilidade de pensar em outro mundo possível e desenvolver a experiência histórica da luta dos povos. Naturalmente, o que estou escrevendo é atravessado por uma data de tradição histórica na Argentina, como o dia da independência nacional.

Original: Rebellion.org